



## ENTREVISTA MARCELO BURGOS

**Fundação Heinrich Böll:** Marcelo, você pode explicar um pouco por que o fenômeno, agora denominado milícia, que já existia na favela de Rio das Pedras há bastante tempo (o livro *A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*, do qual é autor, foi publicado em 2002), era diferente do que estamos vendo hoje, quando essas milícias se mostram muito mais violentas?

**Marcelo Burgos:** O que acontece é que o poder deles (das milícias) é um poder que não tem limite. Num certo sentido, naquela época, eles ainda estavam muito suavizados. Na época em que o livro começou a ser feito esse poder ainda era pouco questionado. Dessa forma, eles também não precisavam usar ostensivamente o poder de força. Embora o rito utilizado por eles fosse bem conhecido pela população: se fizesse alguma coisa que não permitida, não tinham direito à defesa. Além disso, a associação de moradores conferia a eles uma certa legitimidade, e, esse braço policial (moradores ou pessoas de fora da favela e que eram funcionários do Estado: bombeiros, policiais civis e militares), dava a capacidade de coerção. Esse conjunto conferiu à milícia de Rio das Pedras um monopólio sobre uma mini-cidade que, há 10 anos, tinha cerca de 40 mil habitantes. É um poder enorme. Um poder econômico e de capacidade política.

**Fundação:** E como tudo começou?

**Marcelo:** Em Rio das Pedras, um grupo com força militar entrou na comunidade depois de prender um outro grupo, de justiceiros, que estava atormentando a vida dos moradores. Em seguida, eles logo se estabeleceram como um grupo econômico, comprando imóveis e passando a cobrar por serviços terceirizados, além de “proteger” a favela. O interessante é que, se você pegar os jornais da época, 1998, 1999, 2000, esse modelo de favela era mostrado como algo a ser replicado.

Quando escrevi o livro, eu, propositalmente usei muita ambigüidade, porque, quando ele foi lançado, o grande interesse que a gente despertou na mídia, o que as pessoas perguntavam era: “O que é que essa favela tem? Como é que a gente faz pra replicar esse modelo?”.

Quando o Nadinho (candidato de Rio das Pedras à época e que depois foi eleito vereador e chegou a ser preso no final do ano passado, sob acusação de assassinato numa disputa entre milícias) veio aqui na PUC, na época das eleições, muitos estudantes de favelas perguntavam: “Candidato, como é que a gente faz pra levar esse modelo lá pra minha favela?”.

Então, eles eram vitoriosos. Eles usavam essa coisa da cultura nordestina, de que nordestino não aceita o tráfico de drogas. Criaram esse argumento que logo virou um mito, quando a realidade não era essa, pois, na mesma época eu estava no Favela-Bairro do Parque Alegria (próxima à Linha Vermelha), numa comunidade com cerca de 80% da população composta por nordestinos, e a favela era completamente dominada pelo tráfico.

No fundo, essa imagem de “favela dos sonhos” que aparecia na mídia, na verdade, era fruto de uma comparação com os relatos que chegavam até aqueles moradores e que eram relatos do inferno, de violência, tiroteio. Então, a milícia tem um lado que é o sintoma mais escandaloso do fracasso completo da política de segurança pública do Rio de Janeiro e, outro, que é uma forma autorizada pelo Estado pra manter aquela população sob controle.

Com isso, a milícia vai se tornando uma fórmula, uma fórmula que pode e passa a ser copiada em outras favelas. É rentável, você ainda por cima tem legitimidade política e pode eleger representantes políticos, vereadores, deputados... E o mais complicado é que isso é um processo de aprendizado relativamente rápido. E quando esse poder começa a mostrar sua face mais brutal, é que a grande imprensa começa a avaliar de forma diferente essa tal “defesa” da comunidade.

**Fundação:** Era exatamente isso que eu gostaria de saber perguntar: Por que, apesar de já existir há um tempo, o fenômeno das milícias só explodiu de dois anos pra cá, mais ou menos?

**Marcelo:** Bom, primeiro, é preciso esclarecer, já que esse é um conceito criado pela mídia, que nem tudo que existia até agora era milícia. Milícia tem uma configuração de organização paramilitar



com óbvia relação com a polícia e que vai se apropriar, tanto do mercado político, quanto do mercado de bens e serviços, e é um fenômeno muito novo.

Em Rio das Pedras eu vi esse processo nascendo. Mas, uma vez que ele se estabelece, é tudo muito rápido, porque não tem resistência nenhuma. A resistência a isso seria o próprio tráfico. E ali isso não existia.

A autora do livro “A invenção da favela – Do mito de origem à favela.com”, Lícia do Prado Valadares, explica muito bem essa questão de “dono de favela”, que muitas vezes é confundida com milícia. Ela diz que, desde que a favela se configura como um espaço com uma certa especificidade, ela tem dono. Porque, como ela está à margem da cidade, a autoridade do Estado só aparece ali eventualmente e, em geral, com a polícia. No mais, no dia-a-dia, tem um dono, um cara que controla o acesso à água ou o relógio de luz. Mas esse dono, antigamente, não era um bandido. Ele era um pé-de-chinelo, um ladrão de galinha, que vivia ali, mas ele não exercia esse poder todo que a gente vê hoje.

Então essa idéia de ter um dono é que é muito antiga. A milícia é uma coisa muito nova e que, na verdade, tem a ver com alguns fatores externos. Quer dizer, o Brasil passa por um processo de democratização social que aqui envolve um certo nivelamento. Um dos sinais disso é a gente ver a mudança no perfil da população da favela, uma mudança significativa de 30 anos pra cá: acesso ao transporte coletivo, infraestrutura urbana, universalização da escola e a entrada bastante significativa de projetos sociais.

Isso tudo foi mudando o perfil e o nível dessa população. Então, a milícia tem um pouco a ver com essa transformação também. Por quê? Porque ela eleva a capacidade de consumo daqueles moradores e faz com que o serviço de segurança pública possa ser, de alguma maneira, pago, comprado, por eles. E a gente pode dizer que, num certo sentido, o mercado de segurança é equivalente ao serviço de transporte clandestino, de construção civil... A diferença é que esse novo segmento, agora denominado milícia, tem um poder que vai além da simples venda de mercadoria, que é o poder de coerção.

E é a partir daí que eles começam realmente a coagir a população, até mesmo para eleger candidatos a cargos públicos.

**Fundação: Como você mesmo falou, no início, tanto a imprensa, quanto uma parte do poder público, colocou a milícia como um instrumento de defesa “legítimo” das comunidades, já que o Estado não é capaz de ocupar todas as favelas. Na sua opinião, em algum momento o morador de uma favela dominada por esses grupos se sente realmente representado, ele sente que tem sua cidadania exercida através da milícia?**

**Marcelo:** De jeito nenhum! O morador aceita, ou aceitou, esse padrão, porque ele sempre compara a sua situação com a da favela dominada pelo tráfico. Num pragmatismo, isso seria um mal menor. Agora, o tempo todo, ele vive de uma forma em que o limite da liberdade dele é muito claro. Então, a mesma pessoa que dizia, em Rio das Pedras, por exemplo, que aquilo ali era um paraíso, numa outra conversa poderia dizer: “Aqui a gente não pode reclamar muito não porque o dono está ali, pode não gostar, e tal”.

Então, o tempo todo eles estão lidando com essa ambigüidade. De modo nenhum esse cidadão está inteiramente comprometido. A milícia desde o início estabelece esse custo: “Eu garanto a sua integridade física. O custo é a sua liberdade.”

**Fundação: Como combater isso?**

**Marcelo:** Se pegarmos dos anos 80 pra cá, houve um certo consenso com relação à urbanização da favela, quanto à chegada de projetos sociais... Eu acho que a gente avançou muito. Parte do problema, hoje, paradoxalmente, tem a ver com esse avanço, que acaba criando uma outra realidade na vida da favela, tornando muitas delas muito interessantes para agentes econômicos predadores.

Então, acho que agora, o que está em jogo, é uma outra agenda. Uma agenda que passa, sem dúvida nenhuma, pela regularização do mercado da favela, uma vez que essa riqueza hoje é produzida num ambiente de *laissez-faire*, de capitalismo sem limite, de uma regulação toda baseada na lei do mais forte.

Essa é uma agenda fundamental, da mesma forma que o tema da regulamentação fundiária. Acho que agora quando a gente falar “falta Estado na favela”, isso tem que ser qualificado.



Na verdade, parte do problema tem a ver com articulações muito perversas que o poder público estabelece nas favelas. A própria Rio das Pedras, por exemplo, é uma favela criada pelo Estado, uma vez que o governo deu à associação de moradores o título daquelas terras pra que ela distribuisse como bem entendesse.

Então, o poder público, além de entrar com uma agenda nesse sentido, que incorpore essa transformação como prioridade, que controle o mercado, tem que desenvolver políticas mais finas, mais inteligentes. Porque o que tem acontecido é o contrário. O poder público tem animado máquinas clientelista das mais perversas. O próprio Favela-Bairro que é um programa mais antigo, mais técnico, mais universalista, vai se tornar, logo no início do segundo mandato do César Maia, um programa pra ser barganhado. E com isso você cancela a oportunidade das próprias favelas de se organizarem e de lutarem. Você cria o seguinte, uma espécie de fragmentação e de competição entre elas. Ao passo que, se você criasse uma política com critérios universalistas, como foi a primeira fase do Favela-Bairro, você favoreceria um processo de organização nas favelas, de forma que elas pudessem construir, de forma democrática, os seus interesses, suas opiniões e passassem a participar da vida da cidade.

Esse tipo de política passa por uma gestão de democratização da relação com a favela. Não é mais aquela agenda de obra. Não que isso não tenha que continuar, mas é que não é este tipo de ação que vai resolver o problema que estamos tendo.

O fato é que o poder público, de uma certa forma, autorizou este fenômeno, no mínimo fazendo vista grossa ao processo que deu origem às milícias. E isso alimentou um ciclo de violência que não tem nada a ver com as os primeiros grupos desse tipo na favela. A milícia atual é totalmente diferente da do fim dos anos 90, simplesmente porque a sociologia da favela mudou.

**Fundação: Está mais violenta...**

**Marcelo:** Está mais violenta.

**Fundação: E é por isso que estamos vendo a explosão desse fenômeno só agora?**

**Marcelo:** Claro. E a esta altura, são pessoas e grupos defendendo interesses de um mercado que está ali aberto de forma extraordinária. Sem controle, sem fiscalização. Quer mercado melhor do que esse pra empreendedores que são livre-atiradores? Não tem!

Acho que essa é a agenda que está em jogo pra desbaratar esse caos todo. Porque, no fundo, a milícia é mais um sintoma. Agora, é claro que, uma vez que ela se organiza, ela passa a ser uma variável importante.

**Fundação: Mas você não acha que também é necessária uma reforma estrutural da nossa política de segurança pública?**

**Marcelo:** Com certeza! A nossa política de segurança pública só retroalimenta esse processo. É por isso que eu digo que a milícia é o sintoma desse fracasso que é o modelo tão baseado na ostensividade, na repressão, e que acabou por favorecer a criação do ambiente de terror nas favelas e animando e legitimando a milícia.

Eu acho que uma política de segurança pública não pode exclusivamente depender da polícia. A polícia é sempre o último recurso em qualquer política de segurança pública. Então, todas essas medidas que a gente estava falando, elas devem ser consideradas também políticas de segurança pública.

Isso sem falar de outros temas, como por exemplo a questão da escola pública que eu acho que está muito mal resolvida nas favelas. O papel da escola pública, que ela poderia desempenhar, a gente desperdiça. E ela tem um papel estratégico, pois a escola é hoje, numa cidade como o Rio, o único lugar por onde necessariamente essas crianças e adolescentes passam. E eles passam sem que aquilo deixe marcas mais profundas. É uma escola desconectada dessa discussão, uma escola burocratizada.